

IMAGENS DA CONSERVAÇÃO: EM BUSCA DO APOIO PÚBLICO PARA A GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Douglas de Souza Pimentel
Teresa Cristina Magro
Demóstenes Ferreira da Silva Filho

RESUMO

A criação de parques, nacionais ou estaduais, se mostra como uma importante estratégia governamental para a proteção dos recursos naturais. No entanto, quando o foco é direcionado para os objetivos primários das unidades de conservação de proteção integral, a política ambiental se torna pragmática, ameaçando a inserção social dessas áreas pela imagem distorcida apresentada à sociedade. A partir desse cerne, define-se sete eixos de discussão com uma análise do posicionamento de autores que criticam o modelo e ressaltam a importância da associação da imagem dos parques a uma concepção fundamentada no contexto social e político para a gestão. A visão técnico-científica das ciências eco-

lógicas e sociais pode ter criado dificuldades de relacionamento entre o gerenciamento dos parques e o público geral. Isso ocorre pela fragmentação do espaço e pelas mudanças no seu uso, além do fato de que os objetivos dessas áreas são mal compreendidos pelo senso comum. As características do conceito dificultam o ganho de significado social dos parques, pois imagens negativas prevalecem desde a criação das primeiras UCs. Assim, sugere-se a análise de informações disponíveis que auxiliam no entendimento e na percepção do conceito de parques e sua administração. Essa imagem mais esclarecedora pode subsidiar a integração das atividades de conservação para a sociedade.

PALAVRAS-CHAVE

Parques de papel, Inserção social, Imagens da Conservação, Gestão de UCs

Considerações iniciais

O presente texto tem como premissa básica a importância fundamental dos parques para a proteção e uso indireto dos recursos naturais e socioculturais e para a disseminação da ideia de manutenção da biodiversidade. Esses pilares da conservação, embora sejam divulgados amplamente nos meios acadêmicos, não geram necessariamente uma anuência da sociedade para a conservação baseada nesse instrumento. Essa discrepância provoca a reflexão de que a construção do conceito de parques representa uma tradução de imagens sob o viés das percepções individuais sobre as relações do ambiente e da sociedade. Apesar de ser uma análise simplificada de construção do senso comum, acreditamos que, no caso dos parques, talvez alguns busquem estruturas e processos ecológicos; e outros, as projeções pessoais e sociais sobre o que é visto.

Os modelos adotados para a criação dessa categoria de manejo no Brasil passaram por diferentes fases, advindas do entendimento legal e pessoal sobre os valores e atribuições típicas de áreas protegidas ao longo do tempo, assumindo características únicas. Hoje o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) estabelece diferentes categorias de Unidades de Conservação (UCs). Como conceito mais amplo, há outras áreas protegidas no Brasil que compreendem, além dessas últimas, a reserva legal (RL) e a área de preservação permanente (APP) definidas pelo Código Florestal brasileiro. Por outro lado, a aplicação do modelo adotado no Brasil para a criação de áreas protegidas foi calcado em uma vertente do pensamento da Ciência da Conservação dominado pela Ecologia, que se baseia na compreensão dos processos ecológicos sem a interferência humana. Sob esta perspectiva, os diferentes tipos de áreas protegidas são colocados em hierarquias de valor para a conservação, sendo que as unidades de conservação priorizadas são as de Proteção Integral. Além disso, esse modelo, por pressupor a exclusão física ou metafórica das pessoas, amplifica as dificuldades de integração entre as diferentes abordagens científicas (preservacionistas e socioambientalistas), o seu manejo e, conseqüentemente, a inserção social dos parques. Seguindo esse padrão, há a necessidade de um controle mais rígido do espaço, que demanda recursos, e os pouco eficientes parques de papel aparecem nesse cenário. Esta situação, com pessoas vivendo nos espaços designados como UCs de proteção integral, representa uma das principais causas da dissonância entre o conceito teórico de parques e o que a realidade social constrói.

Um ponto importante é mostrar o que a sociedade observa como sendo eficiente para a proteção da natureza quando o governo utiliza recursos financeiros

advindos do pagamento de impostos pagos pelo cidadão. Apesar do modelo utilizado pelo WWF – Brasil (IBAMA, 2007) para avaliar a efetividade do manejo em sistemas de áreas protegidas, com o grau de conhecimento atual, não se pode afirmar o que vem a ser um parque eficiente tecnicamente. Alguns autores relacionam a existência de instrumentos de manejo na UC como uma das variáveis que influenciam em sua eficiência. Bonhan, Sacayon e Tzi (2008:1581–1593) concordam com o fato de que em muitos países em desenvolvimento as “áreas protegidas no papel”, que não possuem um plano de manejo formal, resultam da incapacidade do sistema nacional de áreas protegidas de alcançar sua meta mais importante, ou seja, a conservação da biodiversidade. Por outro lado, na América Latina, temos visto formas criativas e orgânicas para a resolução de problemas que acabam se tornando gestões eficientes e bem sucedidas, mas são dependentes do perfil do administrador da unidade de conservação, o que não é desejável a longo prazo para as áreas protegidas do país. Uma das iniciativas na esfera federal para sanar esse problema foi a criação da Academia Nacional da Biodiversidade (Acadébio) que é um centro de treinamento e capacitação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) no Município de Iperó/SP, dentro da Floresta Nacional de Ipanema. Desde 2009, ocorrem cursos relacionados ao planejamento e manejo de UCs.

AS MÚLTIPLAS FACETAS DO PROBLEMA

Os problemas da conservação da natureza baseada nos parques são um amálgama de diferentes questões, decompostas de um paradigma da Biologia da Conservação calcada em uma visão mais dura da Ecologia, que corresponde a um ideal de natureza. A partir desse cerne, o texto define sete eixos de discussão interdependentes que reúnem as críticas ao modelo e remetem à questão de que o conhecimento da imagem dos parques é importante para a sua gestão (figura 1).

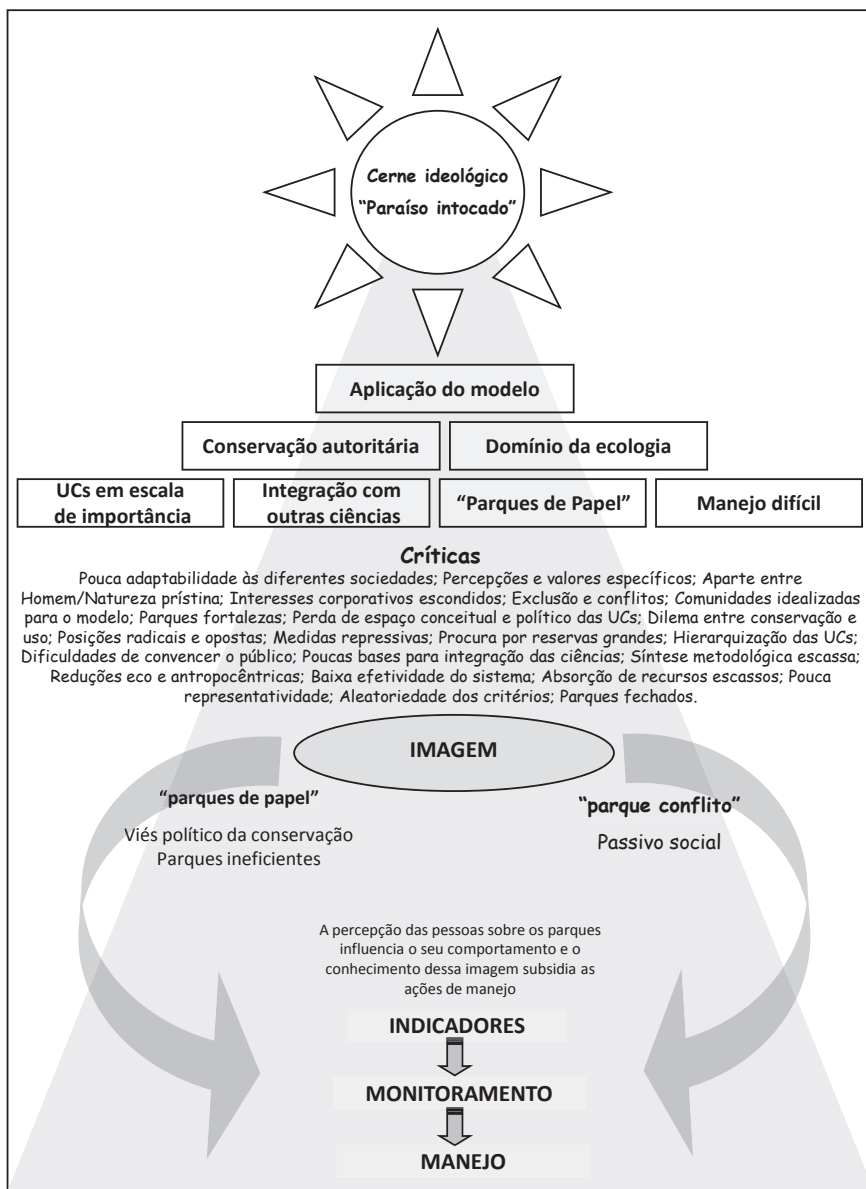


Figura 1 – O cerne epistemológico da conservação derivado em sete eixos de discussão e as críticas que emergem do modelo. Relação entre imagem e manejo (adaptado de Pimentel e Magro, 2007:19-21).

A utilização de espaços especialmente protegidos para a conservação ambiental é uma abordagem bastante comum. No entanto, a sua administração envolve diferentes conceitos de natureza, que variam no espaço e no tempo (Bensusan 2006:176p). Os parques, assim como outras UCs de Proteção Integral, representam a aplicação prática de um conceito basal no pensamento da conservação: a proteção da diversidade biológica. Logo, o conhecimento dessas raízes pode auxiliar na melhor compreensão das interações entre a sociedade e o ambiente, e na superação dos desafios impostos à sua gestão.

A ideia de reserva de espaços protegidos deriva duas motivações principais: a preservação de locais sagrados e a conservação ambiental (Bensusan 2006: 176p.; Davenport & Rao 2002:52-73). No caso da criação do Parque Nacional de *Yellowstone*, em 1872, nos Estados Unidos da América, havia a premissa de reservar um lugar de grande beleza cênica para uma sociedade em crescente processo de urbanização, consolidação do capitalismo e desenvolvimento de fronteiras, a partir da constatação de que o uso direto dos recursos ambientais não era infinito (Abakerli 2001:551-556; Diegues 2004:169p.). Godoy (2000:129-138) considera que a criação de *Yellowstone* seria o resultado de uma ideologia e sociedade fundamentada no pragmatismo científico e filosófico. Como resultado, também houve a invenção de uma natureza, que dialeticamente alimenta a ideia de parques e que se propaga até hoje.

No Brasil, o movimento pelos Parques, sob a influência de *Yellowstone*, foi incentivado pelo Engenheiro André Rebouças em 1876. Ele propõe, no artigo intitulado *Parque Nacional*, a criação dos Parques Nacionais de Sete Quedas (PR) e Bananal (GO) (Bensusan, 2006; Brito, 2000:230p.). No entanto, o primeiro parque brasileiro, o Parque Nacional de Itatiaia, no Estado do Rio de Janeiro, somente foi criado em 1937, iniciando um processo com características únicas, mas também influenciado pelos paradigmas associados ao modelo americano.

Uma grande parte do processo histórico que resultou no estabelecimento dos parques no Brasil se deu sob a égide do regime militar. Abakerli (2001) argumenta que o discurso da manutenção da soberania e segurança nacional, a ação implementada pela ocupação e desenvolvimento das fronteiras nacionais pelos militares e a pressão de organizações internacionais. Nesse sentido, de acordo com autor, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento foram os direcionadores principais na implementação da política de áreas protegidas no país. Assim, interesses não necessariamente relacionados aos pressupostos estabelecidos pela conservação ambiental estabeleceram, principalmente na Amazônia, a racionalização para a criação de unidades de conservação no período da ditadura militar (BARRE-

TO-FILHO, 1999, p.53 -76). Medeiros (2006, p.41-64) e Medeiros, Irving e Garay (2006, p.5-40) também acreditam nessa forma de controle geopolítico do território brasileiro durante essa época. Não obstante, desse processo arbitrário de tomada de decisões, uma série de conflitos teriam surgido, como os relatados por Ferreira (1999) e Ferreira e colaboradores (2001).

A APLICAÇÃO DO MODELO

O debate aqui proposto envolve a ideia de um modelo que é o tronco de onde ramificam seus problemas, que acabam por estagnar as possibilidades de gestão dos parques, por dirimir a importância do espaço sociocultural, historicamente construído, pois a ideia sublinhada é a da natureza apartada das pessoas (Godoy 2000:129-138). Baseado nesse pressuposto, a administração dos parques está calcada na fiscalização e aplicação das penalidades previstas legalmente, enquanto a realidade assume outras tonalidades além do “preto e branco” das letras da lei. Esse modelo de conservação foi adotado por muitos países, com o objetivo básico de resguardar certas áreas das ações humanas, preservando o seu potencial ambiental e cênico para as gerações futuras e garantindo o desenrolar dos processos ecológicos dessa natureza prístina (Brito 2000; Godoy 2000:129-138). Assim, emerge a premente questão de como coadunar visões tão distintas para aproximar os parques das pessoas.

Diegues (2000:1-46) destaca que essa concepção tem se revelado inadequada para atingir os objetivos da conservação, além de representar uma imposição do modelo americano, que ratificaria um desequilíbrio cultural entre países ricos e pobres (Shafer, 1999:123-153). Essa visão resultaria na conservação em ilhas isoladas da realidade econômica e social (Diegues 2004:169p.). No entanto, Terborgh e Van Schaik (2002:25-36) rechaçam a ideia de que os parques representam um imperialismo cultural e questionam se há algum mal na importação de valores frente à importância da conservação do patrimônio ambiental. Em contraposição, Arruda (1999:79-92) identifica que as questões de fundo que regem a aplicação desse modelo relacionam-se à visão de equilíbrio ecossistêmico, mantenedor de uma natureza selvagem, ideia que pressupõe uma certa arrogância do pensamento racional em ditar as regras do quê e de como preservar. Mais veemente é a posição de West, Igoe e Brockington (2006:251-277) que consideram que *Yellowstone* inaugurou um modelo de criação de paisagens virtuais geradoras de experiências genéricas para consumidores desse produto.

Outros autores analisam que o modelo de conservação brasileiro não é uma simples cópia do Norte Americano, a começar pela constatação de que o primeiro

parque brasileiro foi criado próximo aos grandes centros urbanos do Rio de Janeiro e São Paulo. O processo histórico de proteção de recursos ambientais e de criação de parques no Brasil teria então assumido características únicas moldadas pela lógica da conservação, empregada como instrumento estatal de controle do grande território brasileiro. Além daquela surgida a partir dos movimentos socioambientais que ainda defendem a possibilidade de conservação do uso sustentável dos recursos ambientais, que, no caso dos parques, não é legalmente possível (Medeiros, Irving & Garay 2006:15-40 ; Urban 1998: 374).

Porém, a lógica de espaços de contemplação para pessoas oriundas do ambiente urbano perdurou e sustenta a dicotomia entre sociedade e natureza. O SNUC, por exemplo, estabelece no seu décimo primeiro artigo que a beleza cênica de um sítio é um dos critérios importantes para a definição de um parque (Brasil 2002:35p.). Assim, o aspecto visual justifica a criação dessa categoria de UC, em função de sua forte conexão com a possibilidade de visitação, e os critérios biológicos sustentam a argumenta o por áreas de uso mais restritivo. Dessa maneira, para o público em geral, a imagem de um parque e de sua administra o são diretamente associadas   sua importância ecológica e cultural.

A CONSERVA O AUTORITÁRIA

Como se pode observar quando se trata de parques, as discussões são acirradas pela determina o legal de que estas devem ser áreas de domínio público e que permitem somente o uso indireto dos recursos naturais. Essa prerrogativa gera situa es de conflito relacionadas com a exclusão de comunidades, tradicionais ou não, das suas áreas. Apesar do fato de que o turismo em UCs   classificado como uma atividade de uso indireto, ocorrem efeitos socioambientais negativos que poderiam invalidar a afirmativa de indústria limpa. Pesquisas recentes no país indicam efeitos negativos sobre o ambiente natural advindo do uso recreacional sem um planejamento adequado (Takahashi, 1998; Magro, 1999; Magro et al, 2004; Talora et al, 2006) Assim, existe a substitui o do uso anteriormente feito pelo homem como a altera o do ambiente para a constitui o de um roçado, classificado como uso direto para usos considerados mais nobres, como o turismo. Podemos ver esse fato de forma direta e sem julgamento de valores do que   certo ou errado. De qualquer forma, atualmente o SNUC determina um processo mais democrático para a delimita o de parques e outras UCs, porém os ecos desse passado recente ainda catalisam posi es radicais de alguns ecólogos e gestores e criam a imagem de autoritarismo da conserva o.

Terborgh e Peres (2002:334-346) declaram que a questão de pessoas residindo em parques representa um dos mais intratáveis problemas enfrentados pelos seus administradores. Os autores expõem a seguinte lógica: sendo o impacto sobre o ambiente natural, um parâmetro composto pela multiplicação das variáveis do número de humanos, o consumo de recursos *per capita* e um fator tecnológico, ele só poderia ser diminuído de três maneiras: pela redução do número de pessoas, do consumo ou do acesso à tecnologia. Logo, como a restrição à tecnologia encerraria as comunidades dentro de museus vivos, e a redução do consumo, de pessoas que já vivem no limite da subsistência, seria moralmente reprovável, os autores defendem a retirada das pessoas dos parques.

Shafer (1999:123-153), no entanto, sustenta que os conservacionistas ocidentais agiram muitas vezes de maneira ditatorial na proteção da biodiversidade, baseados em uma argumentação culturalmente enviesada. Essa posição arbitrária teria criado refugiados ecológicos, tais como povos indígenas expulsos de suas áreas devido à criação de parques (Guha 2000:80-99). Assim, Colchester (2000:225-256) analisa que a expulsão representa um dos impactos sociais negativos da conservação. O problema é complexo, e certamente existem processos sociais mais amplos, relacionados, por exemplo, às modificações do uso da terra e processos de urbanização sem planejamento, influenciando a ocupação presente e passada dessas áreas. Nessa visão, a conservação não seria exclusivamente a responsável pela exclusão de povos indígenas e o encurralamento de pessoas para áreas marginais. Porém, não se pode negar que fundamentos do manejo considerado correto foram estabelecidos a partir de uma percepção de pureza de regiões não habitadas e limitações científicas (Gómez-Pompa & Kaus 2000:125 – 147).

A posição de negação da interação das áreas protegidas com as comunidades locais é avaliada por Schwartzman, Nepstad e Moreira (2000:1370-1374) como uma ideia contraproducente, pois se ignora a escala e o tempo das ameaças humanas sobre a floresta, num fraco entendimento do funcionamento dos sistemas naturais e sociais. Assim, eles defendem as Reservas Extrativistas (RESEXs), uma categoria de Uso Sustentável do SNUC além das Terras Indígenas. No entanto, Redford e Sanderson (2000:1362-1364) criticam esse artigo e argumentam que impor valores conservacionistas a essas comunidades leva ao risco de torná-las as principais culpadas pelas falhas em alcançar os objetivos conservacionistas. Terborgh (2000:1358-1361) considera ainda que as RESEXs seriam baseadas em uma visão anacrônica de manutenção de estilos de vida. A defesa dos parques (ou *deep reservations*) pelo autor é tão veemente que ele chega a elencar entre os seus argumentos que o aumento populacional seria inevitável, pois a medicina chega antes do controle da natalidade. Em outro artigo esse au-

tor sugere a utilização das forças armadas na proteção dos parques (Terborgh 2007:296-297).

Essas posições representam as duas visões antagônicas da conservação, no que Diegues (2004:169p.) considera como um exemplo das posturas dogmáticas e cristalizadas de ambas as partes. Essa discussão acaba por criar a polaridade entre aqueles que defendem as áreas protegidas restritas, e aqueles que advogam pelo uso sustentável (Colding & Folke 2001:584 – 600). Little (1999:253-284) aponta que, apesar de haver um reconhecimento generalizado de que se deve pensar a conservação integrada às pessoas, duas perspectivas ainda são claramente evidentes. Na primeira, o pragmatismo da preservação afeta o processo de inserção social dos parques, pois há maior peso decisório dos critérios biológicos. Na segunda, essas áreas protegidas são implicadas nas precárias condições das comunidades. Brandon (2007:11-22) defende que a pecha de insensíveis às dimensões humanas atribuída aos biólogos e conservacionistas é injusta, pois esses lidam com o assunto em bases diárias. No entanto, se os mesmos têm como a premissa para a conservação o cerne ideológico de natureza intocada, a integração das pessoas nessa equação para a conservação fica muito dificultada. Assim, muitos autores argumentam que os parques representam um forte aparato legal de controle sobre o território e, portanto, são propostos como a pedra fundamental das estratégias de conservação (Dourojeanni & Pádua 2007:284p.; Fonseca 2004:147-162; Milano 2002:193-208; Terborgh & Peres, 2002:334-346).

Manter o patrimônio ambiental protegido em parques não convence necessariamente as pessoas e talvez por isso os ecólogos tornem-se pragmáticos ao focar nesse modelo. No entanto, essa imagem do conflito, em diferentes patamares, dificulta a conquista de apoio político e fundos públicos para a conservação, que precariamente acontece fora e dentro dos seus limites (Kaimowitz & Sheil 2007:567-574). Nesse sentido, Brown (2002:6 -17) aponta três paradigmas da conservação: a clássica, de antagonismo com as comunidades locais; a populista, do discurso da delegação de poderes de gestão para essas comunidades; e a neo-liberal, que propõe a agregação de valor à biodiversidade. Há necessidade de uma visão integrada e a busca de novas posturas que contemplem todas as variáveis (Castro & Lima 2001:400-423). Em muitos setores do âmbito científico, ainda há a necessidade da construção de uma síntese biocultural (Little 1999:253-284). No âmbito político, a situação de diferentes contextos e assimetrias de poder torna precária a definição de políticas de conservação mais amplas (Castro, Siqueira, Brondízio & Ferreira 2006:23-39). Porém os conflitos geram uma imagem negativa que mina o reconhecimento da importância ambiental, social e política das UCs e, particularmente, dos parques.

A base teórica e metodológica da Ciência da Conservação é aquela estabelecida pela Ecologia da segunda metade do séc. XX (Barbault 2006:381-399). A disciplina encontrou um *locus* nesse movimento de conservação, ao transformar os parques em uma matriz capaz de gerar modelos para explicar o funcionamento de uma natureza constituída de sistemas em busca de equilíbrio e também apartada das relações humanas. Essa visão inaugural da Ecologia, constitui-se no seu principal paradigma e dificulta a integração com a visão social (Larrère 2006:401– 412). Nesse sentido, há a preocupação do presente texto de se fazer a crítica ao modelo de conservação baseado em parques e a apresentar visões alternativas.

Diegues (2004:169.) destaca ainda que o mito da busca do paraíso intocado estaria amalgamado ao pensamento técnico racional da Ecologia. Os conservacionistas teriam se fixado na proteção das áreas naturais das atividades humanas e os ecólogos buscaram compreender os processos operantes em ecossistemas presentes em áreas remotas, supostamente livres de perturbação antrópica (Pimbert & Pretty 2000:183-223).

Para Poiani e colaboradores (1998:143-156), além das limitações paradigmáticas, existem muitas lacunas do conhecimento ecológico. Segundo Berkes (2004:621-630), há a necessidade de mudanças conceituais na Ecologia para a inclusão da variável humana nos ecossistemas, pois todos os problemas da conservação têm um caráter socioeconômico, dependente de uma visão mais ampla, que não poderá ser baseada exclusivamente em *experts* (Barbault 2006: 381-399). O presente texto corrobora com essa afirmação, uma vez que considera que a gestão de parques depende da sua aproximação com a sociedade na qual eles estão inseridos.

No entanto, Leff (2006:555.) não acredita que essa visão sistêmica apartada das relações sociais seja a raiz dos problemas da conservação. O autor considera que a Ecologia carece de uma coerência conceitual e atua dentro da racionalidade econômica vigente de coisificação da natureza e do pensamento uniforme e que para a construção de uma Racionalidade Ambiental propõe um novo Saber Ambiental epistêmico, fomentador de concepção crítica e diversificada. Nesse contexto, se insere uma Ecologia Política que reuniria novos olhares sobre o mundo.

Frente ao que foi exposto, os parques não podem representar a solução definitiva e inquestionável para a proteção da natureza (Bensusan 2006:176p.) e o debate aponta para quatro consequências importantes: a primeira é, como já foi afirmado, que essa visão norteou o processo de criação dos parques para a manutenção da natureza primitiva e o ideário de aparte entre seres humanos e ambiente (Shafer 1999:123-153). Isso gerou a dificuldade dos ecólogos e conservacionistas em per-

ceber que a questão dos parques catalisa necessariamente uma série de problemas sociais. O processo de criação de parques, sob a visão de uma natureza abstrata e utilitária, tem o potencial de gerar conflitos, potencializados pela precária compreensão do papel da sociedade nesses espaços de domínio público (Leite 2002:139-145; Bensusan 2006:176.).

A segunda consequência relaciona-se à busca de áreas grandes e afastadas de centros urbanos, para atingir esse ideal de minimização das influências humanas. As evidências indicam que os parques pequenos, ou presentes em regiões densamente povoadas, também podem representar um importante papel na conservação (Miller & Hobbs 2002:330-337; Ryan 2005:3-42). Os primeiros parques brasileiros foram criados na região sudeste. Politicamente, no entanto, o modelo de conservação aplicado não foi capaz de impedir a destruição da Floresta Atlântica, mesmo em locais onde a capacidade estatal de ordenar o uso do solo parecia ser bastante sólida (Dean 2004:484p.). Nesse sentido, a ecologia urbana pode contribuir para o conhecimento das relações entre parques e pessoas ao integrar diferentes disciplinas, buscando um olhar mais amplo (Marques 2005; Pickett et al. 2001:127-157).

A terceira consequência é que o domínio da Ecologia na conservação também retro-alimenta o antagonismo entre preservação e uso, com forte pendência pela primeira. A visão ecocêntrica tem como extremo a chamada *deep ecology* (Pelizzoli 1999:160p.; Smith 2001:49-65). Essa ecologia fundamentalista, caracterizada pelo anti-anthropocentrismo, considera a sociedade uniformemente. Como os desequilíbrios das relações de poder nas articulações sociais não são importantes nessa perspectiva, culpa as pessoas pela destruição da natureza. Essas posições polarizadas não contribuem para a conservação, ora por que carecem de uma análise dessas relações (Shantz 2003:144-154), ora por frisar excessivamente as necessidades humanas imediatas, sem considerar as consequências da dilapidação do patrimônio ambiental (Pickett, et al. 2001:127-157). Assim, o debate é simplificado, não aprofundado e escamoteia os reais processos de degradação ambiental.

O quarto ponto refere-se à dificuldade dos cientistas em comunicar os resultados das pesquisas de forma a contribuir com a solução de problemas de ordem socioambiental. Assim, a maioria do público é influenciada pela mídia, que muitas vezes trata o assunto de maneira superficial. Como os paradigmas ecológicos sustentam a criação de parques sem pessoas, o que sobressai é a imagem do conflito. Isso cria problemas para a disseminação das ideias de conservação e promove poucas mudanças de posturas frente às questões ambientais (Nadkarni 2004:602-606).

A criação de áreas protegidas pode ser considerada como importante estratégia de gestão do território, regulando as dinâmicas de uso e ocupação. Além das unidades de conservação (UC), temos outras tipologias de áreas protegidas no Brasil: Área de Preservação Permanente (APP), Reserva Legal (RL), corredores ecológicos, terras indígenas, territórios quilombolas, áreas militares e Áreas de Reconhecimento Internacional. Para Medeiros & Garay (2006:159-184), essas áreas têm valores diferentes para a conservação, pois os esforços governamentais são prioritariamente centrados nas UCs e, mesmo entre essas, há categorias mais valorizadas do que outras. As de proteção integral são colocadas em um patamar de maior importância do que as de uso sustentável. Essa discussão é referenciada na prática acadêmica, que, de certa maneira, amplifica a cisão entre a visão preservacionista e a socioambientalista. Porém, quando se fala da gestão pública do patrimônio ambiental, a falta de recursos humanos e financeiros é generalizada.

Locke e Dearden (2005:1-10) fazem uma crítica à União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) pela valorização das Áreas Protegidas V e VI, de uso sustentável, pois essas não têm como objetivo primário a conservação da biodiversidade. Isso comprometeria a eficiência das áreas mais restritivas. Essa crítica é semelhante à de Dourojeanni e Pádua (2007), que argumentam que a ampliação dos objetivos das UCs diluem o foco na conservação da biodiversidade e tornam a lista da UICN menos eficiente, pois expressariam um critério mais quantitativo (número total de áreas protegidas) do que qualitativo. No caso das UCs brasileiras, esses autores também propõem que as categorias de uso sustentável “[...] poderiam existir, porém não na mesma legislação que fala de preservar a natureza, pois, pela própria definição, seu objetivo básico é o de gerar bens” (p.66). Os autores argumentam ainda que o “crescimento (das UCs de uso sustentável) também dilui a limitada capacidade de gestão dos governos, já que dedica às UCs de uso direto um esforço que não é proporcional ao seu valor para preservar a biodiversidade.” (p.79), pois a “...única razão para se estabelecer áreas naturais protegidas é resguardá-las contra o ser humano. Não tem lógica fazer áreas protegidas ou unidades de conservação para que nelas o homem explore a natureza...” (p. 258) e que as “UCs verdadeiras” (p.259) seriam apenas as de proteção integral. Porém, também expõem uma contradição quando afirmam que “discutir se as UCs devem ser de uso direto ou indireto é ocioso: ambas são necessárias, ambas são complementares... é impensável um sistema de UCs baseado apenas nas de uso indireto, ainda que isso possa ser o ideal em termos de conservação...” (p.209).

Medeiros e Garay (2006:159-184) e Bensusan (2006:169p.) observam que as

categorias de uso sustentável representam o maior contingente tanto em número de unidades quanto na superfície total ocupada no Brasil. Na visão de muitos conservacionistas, as áreas de Proteção Ambiental (APAs) representam o tipo mais fraco de UC, pois permitem a presença de pessoas em propriedades privadas e configuram-se mais como um mecanismo de ordenamento do uso do solo (Rylands & Brandon, 2005:612–618). No âmbito do Estado do Rio de Janeiro, Vallejo (2005:71-85) conclui que há uma perda do espaço conceitual e político das áreas protegidas em relação a outras frentes ambientais, primordialmente o saneamento básico.

Segundo Dourojeanni (2002:347-362), existe mais vontade política para criar parques do que para geri-los. Parece que os governantes, por apenas buscarem arregimentar as vantagens eleitorais da conservação ambiental (Valladares 2007:92-107), sem o comprometimento com os problemas oriundos da criação de UCs de uso mais restritivo, ou talvez por estarem mais próximos das demandas dos grupos afetados, consideram os parques como fonte geradora de conflitos. Além disso, as questões ambientais ainda não são uma prioridade política no Brasil (Drummond & Barros-Platiau 2006:84-108), o que aumenta a importância dos parques ganharem significado social.

OS PARQUES DE PAPEL

O que se tem observado é que o processo de implantação efetiva, que envolveria as consequentes responsabilidades política, legal e financeira na conservação e manejo dos parques não avança, criando os chamados parques de papel, ficções jurídicas que não têm implantação na realidade social na qual estão inseridas (Brito 2000:230p., Dourojeanni 2002:347-362). No entanto, Dourojeanni e Pádua (2007) alertam que esse termo foi usado como *slogan* político contra os parques. De qualquer forma, as iniciativas governamentais para criá-los são importantes, mas as questões fundiárias geram um grande desconforto no meio conservacionista e catalisam posicionamentos que aparentemente julgam esse problema de forma bastante crítica, como a apresentada por Pádua (2002:3-14). Esta autora afirma que praticamente nenhuma UC é criada no Brasil com implementação e regularização fundiárias previstas em orçamento, o que caracterizaria uma tentativa de enganar a sociedade. Pressey (1994:662-668) argumenta que muitos parques foram criados sem um planejamento adequado, mediado por processos outros que não aqueles estritamente científicos, e isso comprometeu a representatividade global da biodiversidade. Todo o processo assume conotações aleatórias e antropocêntricas fortemente influenciadas por aspectos econômicos, o que paradoxalmente eleva os custos do

sistema representativo devido à sua baixa eficiência. Atualmente, entretanto, observam-se iniciativas positivas, quando a criação de parques deve ser precedida por estudos de viabilidade socioambiental, consultas públicas e pela análise de viabilidade econômica, incluindo a situação fundiária.

Autores como Medeiros & Garay (2006:159-184) destacam que o viés político e econômico ainda traz novos entraves à apropriação simbólica pelos atores locais, que não compreendem o significado da conservação do patrimônio ambiental por intermédio dos parques. Dentro dessa linha de raciocínio, a síntese da existência dos parques de papel relaciona-se com os dividendos políticos oriundos de sua criação e da forte restrição orçamentária para a conservação (Young 2005:756-761). Com base nessas afirmações, poderíamos dizer que uma consequência é que a imagem de parques ineficientes acaba por comprometer o embasamento público nesse modelo de conservação.

Conforme explanado anteriormente, observamos que ainda não existe um senso comum, mesmo entre os cientistas, sobre os modelos adequados para a conservação dos recursos naturais e culturais. Fazendo uma análise crítica da postura de residentes em áreas limítrofes e dentro de UCs, além de posicionamentos de pesquisadores da área socioambiental, podemos dizer que a compreensão do que implica a conservação do patrimônio natural também não é ponto comum. Esse modelo não precisa ser necessariamente aceito se pensarmos na natureza dinâmica tanto dos ecossistemas naturais como sociais. Tentativas de uniformizar o pensamento e definições oriundas do meio urbano com residentes rurais, ribeirinhos e, de uma forma extrema, indígenas pode levar a frustrações na visão da ciência atual.

O MANEJO DE PARQUES E A VARIÁVEL DAS INTERAÇÕES SOCIAIS

Para estabelecer e manejar um parque há necessidade de se obter a colaboração da população e principalmente das comunidades próximas (Pádua, Tabanez & Souza 2003:557-591). No Brasil isso representa um desafio em função da diversidade cultural e socioeconômica para principalmente interpretar e entender o que diz a Lei em relação à conservação dos recursos naturais, tanto quanto à sua efetiva participação no manejo da área protegida. Mendes (2009:18) traz uma excelente contribuição nesse campo com uma pesquisa que retrata de forma clara e objetiva os relacionamentos entre o “que diz a letra da lei e o que acontece de fato em situações envolvendo a preservação ambiental e a reprodução social de grupos que compõem a diversidade cultural brasileira”.

No Brasil também observamos um certo receio quanto às restrições ao uso da terra e de arbitrariedades cometidas pelos órgãos gestores, conflitos legais de esferas de poder e dificuldades de planejamento do parque e a sua zona de amortecimento (Strey 2003:107 – 106). Em bases cotidianas, os administradores têm que lidar com o manejo da biodiversidade, com os interesses das comunidades locais e com a falta de recursos (Ormsby & Kaplin 2005:156-164). Além disso, frente às hostilidades, tendem a resguardar o parque como uma fortaleza (Shafer 1999:123-153). A base do consenso deve ser procurada no estabelecimento de pontos de interesse convergente, que devem ser apropriados para a implementação de planos de manejo que minimizem a tensão entre as partes, bem como estimulem um processo de monitoramento dessa relação (Bridgewater 2002:9-12). Para Mendes (2009:328), iniciativas sem a existência de vontade interior, pessoal e grupal, para manter padrões pouco impactantes com o meio, acabam sendo ineficientes. Vai mais além ao ressaltar que a “simples imposição de regras respaldadas em sistemas culturais diversos (como o são a ciência e o conhecimento local) tende a ser infrutífera e autoritária, mesmo quando pressupõe o consentimento do grupo ao qual se dirige, subrepticamente desconsiderando as relações de poder que respaldam tais acordos.”

De acordo com IBAMA (2002), o Plano de Manejo é um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade. A não adequação do manejo pode determinar seu curto período de existência e um alcance precário dos objetivos conservacionistas (Cifuentes, Izurieta, Faria 2000: 105p.). Também é ressaltado que esses instrumentos não devem engessar a administração, já que as decisões são tomadas para uma sociedade em constante mutação (Dourojeanni 2003:1-20; Watson & Landres 1999:384-388). Para sanar esse problema, o sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) prevê a revisão dos planos de manejo em períodos de cinco anos, mas esse objetivo dificilmente será atingido em médio prazo devido às características das UCs brasileiras, como o presente texto aponta.

Como já destacado e considerado como ponto nodal do artigo, a necessidade de pesquisa sobre uma visão integrada de manejo é evidente e a adição da variável humana nessa equação representa um grande desafio (Heinem 1996:681-684; Mazzotti & Morgenstern 1997:171-181). O manejo adaptativo almeja essa meta e reconhece a necessidade de experimentação e aprendizado com a experiência (Clark 1999:679 – 681). Outro autor (Manning 2007:58-65) sugere que há a necessidade de pesquisa quantitativa e qualitativa de indicadores sociais. No entanto, Little (1999:253-284) discute que o manejo demonstra a forte tendência em maximizar

uma estreita faixa de valores, previamente estabelecida sob um viés científico.

Outra abordagem requer o ingresso dos parâmetros culturais. Há a compreensão de que construções científicas e políticas embasam a percepção sobre o ambiente e que essas moldam as formas de manejo. Nesse aspecto, a gestão de um parque também é uma expressão cultural e pode representar uma estratégia alternativa às econômicas para se conseguir o apoio das comunidades – especialmente se levar em consideração os modos de percepção das populações locais (Bridgewater 2002:9-12; Infield 2001:800-802). Observa-se também que as questões sociais relativas às políticas públicas de conservação são minimizadas pelo deslocamento do foco do Estado para a comunidade, pela conservação baseada no desenvolvimento sustentável relacionado às dinâmicas sociais e ecológicas, pela incorporação do ideal de auto financiamento das atividades de conservação e pela burocratização do movimento conservacionista, que passa a escapar das mãos do cidadão comum (Brown 2003:89-92; Jepson & Canney 2003:271-274).

Achenson (2006) acredita que, apesar das instituições sociais serem cruciais para resolver os problemas da conservação, elas têm falhado nessa tarefa. Para tal, identifica três arranjos de governança possíveis: as propriedades privadas, o manejo governamental e o manejo comunitário, e aponta falhas nos três. No primeiro caso, há a grande dependência no estabelecimento de regras e incentivos; no caso do manejo estatal, o engessamento da unidade regulatória em contraposição à diversidade de situações. O manejo comunitário seria condicionado pela dificuldade no estabelecimento local das regras. O autor conclui então que não há soluções universais, já que os fatores que determinam os sucessos e as falhas são interdependentes. Entretanto, as falhas observadas amplificam, mais uma vez, a imagem de parques geradores de conflitos.

A DIFÍCIL INTEGRAÇÃO COM OUTRAS CIÊNCIAS

Todos os gêneros do pensamento têm seus limites, pois são representações abstratas da realidade que não a descrevem por completo. Portanto, a força no entendimento do mundo encontra-se em uma verdadeira interdisciplinaridade, que permite o intercâmbio dos saberes (Floriani 2000:21-39). As respostas sobre o quê e onde conservar podem ser dadas pelos ecólogos e biólogos. As populações locais também, muitas vezes, têm seus próprios discursos e representações a esse respeito. Já o como conservar tem um componente humano mais evidente (Brandon, Fonseca, Rylands & Silva 2005:7-13).

Porém, a teoria ecológica clássica forneceu bases estreitas para integração

com as ciências sociais (Pickett et al. 2001:127-157). Por sua vez, a Sociologia presta menor atenção na relação entre sociedade e natureza por considerá-la de menor valor na explicação dos fenômenos sociais (Giuliani 1998:). Colocam-se em lados opostos disciplinas que deveriam ser aliadas para a compreensão e resolução dos problemas.

É premente o desenvolvimento de uma metodologia que descreva e quantifique as interações mantidas entre os elementos sociais e ecossistêmicos (Brunkhorst 2002:108-116). As atividades humanas não podem ser compreendidas com o olhar fragmentado das disciplinas, porém não é tão evidente como poderá se dar essa integração (Mascia et al. 2003:649-650). Manfredi (2007:121-128) avalia que essa ruptura está baseada em três mitos: de que a abordagem sociológica ameaça o conhecimento especializado da Ecologia; que o conhecimento das preferências das pessoas é suficiente para a tomada de decisões e que as Ciências Sociais ainda não amadureceram essa vertente ambiental. Os movimentos ambientalistas parecem também ter alimentado o distanciamento entre o pensamento técnico da Ecologia em relação às Ciências Sociais, porém parece estar ganhando força o movimento de construção de um conhecimento científico interdisciplinar com significado social (Ferreira 1999:35-54).

Segundo Buttel (2002:42-54), ainda na década de 70 os sociólogos que enveredaram pelo ramo ambiental tratavam-no como uma causa de libertação da Sociologia do antropocentrismo e hoje buscam aplicar os conhecimentos e obter maior poder de previsão. A partir dessa década, foi estabelecida uma agenda de integração, cujo cerne gira em torno da visão da sociedade como profundamente dependente dos sistemas naturais (Lutzenhiser 2002:5-9). Mol e Spaargaren (2005:91-107) enfatizam, no entanto, que para se alcançar essa nova síntese deve-se transcender essa visão ultrapassada da dicotomia entre sociedade, natureza e as ciências que tentam explicá-las. Porém a metodologia e a rede conceitual para a análise, interpretação e resolução de problemas ainda não foi alcançada. Smith (2001:49-65) aponta que, na perspectiva ecocêntrica, há a preocupação de uma redução sociológica da natureza, que diminui os seus valores éticos. No entanto, Ferreira (2004:77-89) considera que a Sociologia Ambiental abriu espaço institucional e tem amplitude suficiente para a discussão dessa temática.

Dunlap (2002:10-29) oferece um novo paradigma ecológico (*New Environmental Paradigm* – NEP) que procura enfatizar a dimensão ecológica das sociedades humanas. No entanto, esse modelo evidencia um elevado grau de acordo por parte do público com as questões ecológicas e conclui que a humanidade está para mudar positivamente e consensualmente sua maneira de se relacionar com a natureza. Porém, outras abordagens contradizem essa relação não problemática entre

as novas e velhas ideias. Essas podem, por exemplo, coexistir e interagir de forma complexa e originar novas representações sociais (Castro, 2003:263-271).

Velho (2001:133-140) aponta que a própria Antropologia também se fragmentou no seu lado sociocultural e biológico e se alijou dos debates científicos contemporâneos. No entanto, Orlove e Brush (1996:329-352) ressaltam que os textos mais recentes reforçam a necessidade de buscar um equilíbrio entre os interesses dessas comunidades e os conservacionistas. É preciso um novo paradigma ecológico (Pelizzoli 1999:160.) que minimize a oposição entre natureza e cultura, base das discussões sobre as áreas protegidas. Little (1999:253-284) ressalta que deve haver o reconhecimento de que as UCs envolvem espaços geográficos específicos que têm propósitos sociais designados e são manejadas por instituições políticas que as tornam territórios naturais e humanos. Assim, pode-se considerar que as visões opostas sobre o papel dos espaços protegidos são também um artefato de ciências distintas. Não obstante, elas influenciam as decisões políticas no sentido mais amplo, e os parques perdem sustentação argumentativa, apesar de sua importância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto procurou tecer algumas considerações sobre as implicações da aplicação do conceito de parques adotado no Brasil. Os chamados parques de papel representam um viés socioeconômico da conservação que compromete o cumprimento do objetivo básico atribuído aos parques, que é a conservação da natureza. Por que não dizer também que esse é o seu principal papel social?

Forças políticas e correntes filosóficas atuaram no estabelecimento atual do conceito de parques no Brasil. A visão técnico-científica da Ecologia pode ter criado problemas de relacionamento entre os parques e as pessoas ao impor uma fragmentação do espaço e mudanças na forma de seu uso, cujos propósitos são mal compreendidos pela sociedade em geral. Além disso, há controvérsias sobre o como fazer a conservação entre os cientistas, posturas autoritárias de gestores, falta de regularização fundiária e outras premissas previstas em lei, bem como um descompasso entre a criação de parques e o desenvolvimento da capacidade de geri-los. Todas amplificam a sua imagem de catalisador de conflitos que muitas vezes escondem o cerne da questão, pois o princípio histórico de exclusão territorial evoluiu para um amálgama de problemas, do precário financiamento à falta de preparo técnico para a gestão dos parques. Dessa maneira, propõe-se que a melhor compreensão dos fatores de conflito e a imagem administrativa que resulta dos mesmos não envolvem apenas os experts no assunto. Nesse sentido, a imagem dos parques e sua administração pe-

rante a sociedade pode representar uma maneira de se prospectar toda essa intrincada rede de relações. Assim, surgem propostas de integração de uma visão social e humana. Entretanto as características paradigmáticas do conceito emperram essa união e dificultam o ganho de significado social dos parques, pois a visão negativa prevalece. No processo, esse instrumento da conservação perde espaço político, e os esforços conservacionistas são prejudicados pela precária inserção dos parques na complexa realidade social. Os parques são entendidos como estruturas exógenas aos processos socioambientais locais quando deveriam haver um esforço administrativo de aproximar a sua gestão das comunidades adjacentes.

Na gestão de Ucs, na categoria de parque, o embate de ideias se traduz em ações que refletem as dicotomias conceituais, amplificadas pela necessidade de resolução dos problemas locais com base em um arcabouço legal supra local e em visões políticas divergentes, observadas em diferentes patamares administrativos. Isso a torna extremamente complexa e o pragmatismo das ações coloca dificuldades no processo de inserção social do parque. Ora, se a percepção sobre os parques influencia o seu comportamento, então o conhecimento dessa percepção é importante para angariar aliados na sua defesa. Entendemos que o tema ainda permanece no campo das argumentações, principalmente teóricas. Uma das ferramentas a ser aperfeiçoada é a identificação de indicadores para o monitoramento da imagem percebida para tentar alcançar as causas da ineficiência administrativa dos parques.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABAKERLI, S. A 2001. "Acritique of development and conservation policies in environmentally sensitive regions in Brazil". *Geoforum*, Amsterdam, v.32, p. 551-556.
- ARRUDA, Rinaldo. 1999. "'Populações tradicionais' e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação". *Ambiente e Sociedade*, v. 2, n.5, 79-92.
- BARBAULT, Robert 2006. "Conservação da biodiversidade: um desafio para a ecologia". In: Garay, I.; Becker, B.K. (orgs). *Dimensões Humanas da Biodiversidade: O desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI*. Petrópolis: Ed. Vozes.
- BARRETTO FILHO, H. T. 1999. "Notas para a história de um artefato sócio-cultural: o Parque Nacional do Jaú. Terra das Águas." *Revista de Estudos Amazônicos*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 53-76.
- BENSUSAN, Nurit. 2006. *Conservação da Biodiversidade em Áreas Protegidas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 176 p.
- BERKES, Fikret. 2004. "Rethinking community-based conservation". *Conservation Biology*, n.18: 3.
- BONHAN, Curan A.; SACAYON, C. Eduardo & TZI, Ernesto. 2008. Protecting imperiled "pa-

- per parks”: potential lessons from the Sierra Chinaja’, Guatemala. *Biodivers Conserv*, 17.
- BRANDON, Katrina. 2007. “Analyzing human dimensions at different scales to inform conservation planning and action”. In: *Unidades de Conservação: atualidades e tendências*. Nunes, M.L.; Takahashi, L.Y. e Theulen, V. (Orgs.). Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção a Natureza. P. 11-22.
- BRANDON, Katrina; FONSECA, Gustavo; RYLANDS, Anthony; da SILVA, José Maria 2005. “Conservação brasileira: desafios e oportunidades”. *Megadiversidade*, v.1, n.1: 7-13.
- BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. 2002. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. SNUC. Brasília: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Diretoria de Ecossistemas. 35 p.
- BRIDGEWATER, Peter B. 2002 “Biosphere reserves: special places for people and nature”. *Environmental Science and Policy*, v.5, n.1: 9-12.
- BRITO, Maria Cecília Way. 2000. *Unidades de Conservação: Intenções e resultados*. São Paulo: Annablume: FAPESP. 230p.
- BROWN, Katrina. 2002. “Innovations for conservation and development”. *The Geographical Journal*, n.168, n.1: 6-17.
- _____. 2003. “Three challenges for a real people-centered conservation”. *Global Ecology and Biogeography*, v.12: 89-92.
- BRUNCKHORST, D.J. 2002. “Institutions to sustain ecological and social systems.” *Ecological Management and Restoration*, Windsor, v. 3, n. 2: 108-116.
- BUTTEL, Frederick H. 2002. “Has environmental sociology arrived?” *Organization and Environment*, v.15, n. 1: 42-54.
- CASTRO, Paula. 2003. “Pensar a natureza e o ambiente – alguns contributos a partir da teoria das representações sociais”. *Estudos de Psicologia*, v.8, n.2: 263-271.
- CASTRO, Paula e LIMA, Maria Luísa. 2001. “Old and new ideas about the environment and science: an exploratory study”. *Environment and behavior*, v.33, n. 3: 400-423.
- CASTRO, Fábio; SIQUEIRA, Andréia; BRONDÍZIO, Eduardo; FERREIRA, Lúcia. 2006. “Uso e abuso dos conceitos de tradição e direitos de propriedade na conservação de recursos naturais na Mata Atlântica, Brasil”. *Ambiente e Sociedade*, v.10, n.1: 23-39.
- CIFUENTES, Miguel; IZURIETA, Arturo.; FARIA, Helder. 2000. *Medición de la efectividad del manejo de Areas Protegidas*. WWF:IUCN. 105p. Manual técnico.
- CLARK, Jamie R. 1999. “The Ecosystem approach from a practical point of view”. *Conservation Biology*, v.13, n.3: 679-681.
- COLCHESTER, Marcus. 2000. “Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas”. In: *Etnoconservação: Novos Rumos para Conservação da Natureza*. São Paulo: Hucitec.
- COLDING, Johan.; FOLKE, Carl. 2001. “Social taboos: “invisible” systems of local resource management and biological conservation”. *Ecological Applications*, v.11, n.2: 584-600.
- DAVENPORT, Lisa.; RAO, Madhu, A. 2002. “História da proteção: paradoxos do passado e desafios do futuro”. In: Terborgh, J.; van Schaik, C.; Davenport, L.; Rao, M. (Orgs.). *Tornando os Parques Eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza.
- DEAN, Warren. 1996. *A ferro e fogo*. São Paulo: Companhia das Letras, 484 p.
- DIEGUES, Antonio Carlos. 2000. “Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos”. In:

- Etnoconservação: novos rumos para conservação da natureza. São Paulo: Hucitec.
- _____. 2004. O Mito moderno da natureza intocada. 5 ed. São Paulo: Hucitec; Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras. Universidade de São Paulo, 169 p.
- DOUROJEANNI, Marc, J. 2002. "Vontade política para estabelecer e manejar parques". In: Terborgh, J.; Van Schaik, C.; Davenport, L.; Rao, M. (Orgs.). Tornando os Parques Eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos. Curitiba: Universidade Federal do Paraná; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza.
- _____. 2003. "Análise crítica dos planos de manejo de áreas protegidas no Brasil". In: Bager, A. (Ed.). Áreas protegidas: Conservação no âmbito do cone sul. Pelotas: edição do editor.
- DOUROJEANNI, Marc, J.; PÁDUA, Maria Teresa, J. 2007. Biodiversidade: a hora decisiva. Curitiba: ed. Universidade Federal do Paraná, 2ed., 284p.
- DRUMMOND, José.; BARROS-PLATIAU, Ana. Flávia. 2006. "Brazilian environmental laws and policies, 1934–2002: a critical overview". *Law and Policy*, v.28, n. 1: 84-108.
- DUNLAP, Riley. 2002 "Environmental Sociology: a personal perspective on its first quarter century". *Organization and Environment*, v.15, n.1: 10-29.
- FERREIRA, Lúcia C. 1999. "Conflitos sociais contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro". *Ambiente e Sociedade*, v.2, n.5: 35-54.
- FERREIRA, Leila C. 2004. "Idéias para uma sociologia da questão ambiental – teoria social, sociologia ambiental e interdisciplinaridade." *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 10: 77-89.
- FERREIRA, L.C.; SIVIERO, S.O.; CAMPOS, S. V.; SILVEIRA, P. C. B.; OLIVEIRA, V. G.; MENDES, A. B. V.; PINTO, A. O. 2001. "Conflitos sociais em áreas protegidas no Brasil: Moradores, Instituições e ONGs no Vale do Ribeira e Litoral Sul, SP". *Idéias*.v.8, n.2, p. 115-150.
- FLORIANI, Dimas. 2000. "Diálogos interdisciplinares para uma agenda socioambiental: breve inventário do debate sobre ciência, sociedade e natureza". *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v.1: 21-39.
- FONSECA, Gustavo, A.B. 2004. "The everlasting role of protected areas in biodiversity conservation". In: Milano, M.S.; Takahashi, L.Y.; Nunes, M.L (Org.): *Unidades de Conservação: atualidades e tendências*, 2004. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza,.
- GIULIANI, Giam Mario. 1998. "Sociologia e Ecologia: um diálogo reconstruído". *Dados*, Rio de Janeiro, v.41,n.1: 147-172.
- GODOY, Ana 2000. "O modelo de Natureza e a natureza do modelo". *São Paulo em Perspectiva*, v.4, n.14: 129-138.
- GÓMEZ-POMPA, Arturo; KAUS, Andrea. 2000. "Domesticando o mito da natureza selvagem". In: *Etnoconservação. Novos Rumos para Conservação da Natureza*. São Paulo: Hucitec.
- GUHA, Ramachandra. 2000. "O biólogo autoritário e a arrogância do anti-humanismo". In: *Etnoconservação: Novos Rumos para Conservação da Natureza*. São Paulo: Hucitec.
- HEINEM, Joel T. 1996. "Human behavior, incentives and protected area management". *Conservation Biology*, v.10, n.2: 681-684.
- IBAMA. 2002. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza-SNUC. Lei No 9.985, de 18 de julho de 2000. IBAMA/DIREC. Brasília. 35 p.
- IBAMA. 2007. Efetividade de gestão das unidades de conservação federais do Brasil - aplicação do método Rappam - avaliação rápida e priorização da gestão de unidades de conservação.

- Ibama, WWF-Brasil Brasília: Edições Ibama. v. 1. 95 p.
- INFIELD, Mark. 2001. "Cultural values: A forgotten strategy for building community support for protected areas in Africa". *Conservation Biology*, v.15, n.3: 800-802.
- JEPSON, Paul; CANNEY, Susan. 2003. "Values-led conservation". *Global Ecology and Biogeography*, v.12., n.4: 271-274.
- KAIMOWITZ, David; SHEIL, Douglas. 2007. "Conserving what and for whom? Why conservation should help meet basic human needs in the tropics". *Biotropica*, v.39, n.5: 567-574.
- LARRÈRE, Raphael. 2006. "Do princípio de naturalidade à co-gestão da diversidade biológica". In: Garay, I. & Becker, B.K. (Orgs). *Dimensões Humanas da Biodiversidade: o desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI*. Petrópolis: Ed. Vozes.
- LEFF, Enrique. 2006. *Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira., 555 p.
- LEITE, Maria Ângela, F.P. 2002. "A natureza e a cidade". In: *Natureza e sociedade de hoje: Uma leitura geográfica*. de Souza M. A.; Santos, M.; Scarlato, F. C.; Arroyo M. (Org.), (4 ed.). Hucitec; Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional.
- LITTLE, Paul E. 1999. "Environments and environmentalisms in anthropological research: facing a new millennium." *Annual Review of Anthropology*, v.28: 253-284.
- LOCKE, Harvey; DEARDEN, Philip. 2005. "Rethinking protected area categories and the new paradigm". *Environmental Conservation*, v. 32, n.1: 1-10.
- LUTZENHISER, Loren. 2002. "Environmental sociology: the very idea". *Organization and Environment*, (15) 1.
- MAGRO, T.C. 1999. *Impactos do uso público em uma trilha no planalto do Parque Nacional do Itatiaia*. Tese (Doutorado) Escola de Engenharia de São Carlos- Universidade de São Paulo. 135 pag.
- MAGRO, T.C; KATAOKA,S.Y. & BENTVELD, C.T.van. 2004. Improving the environmental conditions in intensively used rural areas. In: Sievanen,T.; Erkkonen,J.; Jokimaki,J.; Saarinen,J.; Tuulentie,S.; Virtanen,E. (eds). 2004. *Proceedings of the Second International Conference on Monitoring and Management of Visitor Flows in Recreational and Protected areas, June 16-20. 2004, Rovaniemi, Finland*. Finnish Forest Research Institute, Working Papers. pag 247-252
- MANFREDO, Michael. 2007. "Expanding our view of conservation through the human dimensions". In: *Unidades de Conservação: atualidades e tendências 2007*. Nunes, M.L.; Takahashi, L.Y. e Theulen, V. (Orgs.). Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção a Natureza,
- MANNING, R.E. 2007. Commons without tragedy measuring and managing carrying capacity of parks and protected areas. In: Nunes, M.L.; Takahashi, L.Y.; Theulen, V. (Org.). *Unidades de conservação: atualidades e tendências 2007* Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção a Natureza.
- MARQUES, José Roberto. 2005. *Meio Ambiente urbano*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária., 233p.
- MASCIA, Michael; BROSIUS, Peter; DOBSON, Tracy; FORBES, Bruce; HOROWITZ, Lia; MCKEAN, Margaret; TURNER, Nancy. 2003."Conservation biology and the social sciences". *Conservation Biology*, v.17, n.3: 649-650.
- MAZZOTTI, Frank; MORGENSTERN, Carol. 1997. "A scientific framework for managing ur-

- ban and natural areas". *Landscape and urban planning*, n.38: 171-181.
- MEDEIROS, Rodrigo. 2006. "Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil". *Ambiente e Sociedade*, v.9, n.1: 41-64.
- MEDEIROS, Rodrigo; GARAY, Irene. 2006. "Singularidades do Sistema de Áreas Protegidas para Conservação e Uso da Biodiversidade Brasileira". In: Garay, I. & Becker, B.K. (Orgs). *Dimensões Humanas da Biodiversidade: O desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI*. Petrópolis: Ed. Vozes.
- MEDEIROS, Rodrigo; IRVING, Marta, A.; GARAY, Irene. 2006. "Áreas protegidas no Brasil: Interpretando o contexto histórico para pensar a inclusão social". In: *Áreas Protegidas e inclusão social: Construindo novos significados*. Irving, M.A. (Org.). Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio – Núcleo de produção Editorial Aquarius.
- MENDES, Ana Beatriz Vianna. 2009. *Conservação ambiental e direitos multiculturais: reflexões sobre Justiça*. (Tese de doutorado). Campinas, SP. 387 p.
- MILANO, M.S. 2002. Por que existem Unidades de Conservação. In: Milano, M.S. (Org) *Unidades de Conservação: Atualidades e Tendências*. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza.
- MILLER, James, R.; HOBBS, Richard, J. 2002. "Conservation where people live and work". *Conservation Biology*, v.16, n.2: 330-337.
- MITTERMEIER, Russel; FONSECA, Gustavo; RYLANDS, Anthony, BRANDON, Katrina. 2005. "A brief history of biodiversity conservation in Brazil". *Conservation Biology*, v. 19, n. 3: 601-607.
- MOL, Arthur, P.J.; SPAARGAREN, Gert. 2005. "From additions and withdrawals to environmental flows: reframing debates in the Environmental Social Sciences". *Organization & Environment*, v. 18, n.1: 91-107.
- NADKARNI, Nalini, M. 2004. "Not preaching to the choir: Communicating the importance of forest conservation to nontraditional audiences". *Conservation Biology*, v.18, n. 3: 602-606.
- ORLOVE, Benjamin, S.; BRUSH, Stephen, B. 1996. "Anthropology and the Conservation of Biodiversity". *Annual Review of Anthropology*, v.25: 329-352.
- ORMSBY, Alison; KAPLIN, Beth, A. 2005. "A framework for understanding community resident perceptions of Masoala National Park, Madagascar". *Environmental Conservation*, v. 32, n. 2: 156-164.
- PÁDUA, Maria Teresa J. 2002. "Unidades de Conservação, muito mais do que atos de criação e planos de manejo". In: Milano, M.S. (Org.). *Unidades de Conservação: atualidades e tendências*. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza,
- PÁDUA, Suzana, M.; TABANEZ, Marlene, F.; SOUZA, Maria das Graças. 2003. "A abordagem participativa na educação para a conservação da natureza". In: Cullen, Jr., L. Rudran, R e Valladares-Pádua, C. (Org.). *Métodos de estudos em Biologia da Conservação e manejo da vida silvestre*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza.
- PELIZZOLI, Marcelo Luis. 1999. *A emergência do paradigma ecológico: reflexões ético-filosóficas para o século XXI*. Petrópolis: Ed. Vozes, 160 p.
- PICKETT, Steward, T.; CADENASSO, Mary, L.; GROVE, Jean, M.; NILON, Charles, H.; POUYAT, Richard V.; ZIPPERER, Wayne C.; CONSTANZA, Robert. 2001. "Urban ecological systems: Linking terrestrial, ecological, physical, and socioeconomic components of metropoli-

- tan areas". *Annal Review of Ecology and Systematics*, v.32: 127-157.
- PIMBERT, Michel P.; PRETTY, Jules. 2000. "Parques, comunidades e profissionais: incluindo a "participação" no manejo de áreas protegidas". In: *Etnoconservação: novos rumos para conservação da natureza*, São Paulo: Hucitec..
- PIMENTEL, Douglas de S.; MAGRO, Teresa Cristina. 2007. "A imagem arranhada dos parques: uma discussão epistemológica". *Áreas protegidas e inclusão social*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1: 19-21.
- POIANI, Karen; BAUMGARTNER, Jeffrey; BUTTRICK, Steven; GREEN, Shelley; HOPKINS, Eduard; IVEY, George; SEATON, Katherine; SUTTER, Robert. 1998. "A scale-independent, site conservation planning framework in the Nature Conservancy". *Landscape and Urban Planning*, v. 43: 143-156.
- PRESSEY, Robert, L. 1994. "Ad hoc reservations: Forward or backward steps in developing representative reserve systems?" *Conservation Biology*, v. 8, n. 3: 662-668.
- REDFORD, KENT, H.; SANDERSON STEVEN, E. 2000. "Extracting humans from nature". *Conservation Biology*, v. 14, n. 5: 1362-1364.
- RYAN, Robert, L. 2005. "Exploring the effects of environmental experience on attachment to urban natural areas". *Environment and behavior*, v. 37, n. 1: 3-42.
- RYLANDS, Anthony, B.; BRANDON, Katrina. 2005. "Brazilian Protected Areas". *Conservation Biology*, v. 19, n. 3: 612-618.
- SCHWARTZMAN, Stephan; NEPSTAD, Daniel.; MOREIRA, Adriana. 2000. "Arguing tropical forest conservation: People versus parks". *Conservation Biology*, v. 14, n. 5: 1370-1374.
- SHAFER, Craig, L. 1999. "National park and reserve planning to protect biological diversity: some basic elements". *Landscape and Urban Planning*, n. 44: 123-153.
- SHANTZ, Jeffrey 2003. "Scarcity and the emergence of fundamentalist ecology". *Critique of Anthropology*, v. 23, n. 2: 144-154.
- SMITH, Mick. 2001. "The face of nature: environmental ethics and the boundaries of contemporary social theory". *Current Sociology*, v. 49, n. 1: 49-65.
- STREY, Alex. 2003. "Alternativas de expansão e desenvolvimento econômico em zonas de amortecimento de Unidades de Conservação". In: Bager A. (Ed.). *Áreas protegidas: conservação no âmbito do cone sul*. Pelotas: edição do editor.
- TAKAHASHI, L.Y. 1998. Caracterização dos visitantes, suas preferências e percepções e avaliação dos impactos da visitação pública em duas Unidades de Conservação do Estado do Paraná. 129p. Dissertação (Mestrado) - Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná.
- TALORA, D.C.; MAGRO, T.C.; SCHILLING, A.C. 2006. Trampling impacts on coastal sand dune vegetation in Southeastern Brazil. In: SIEGRRIST, D.; CLIVAZ, C.; HUNZIKER, M.; ITEN, S. (Ed.). *Exploring the nature of management*. Rapperswil, p. 117 – 122.
- TERBORGH, John. 2000. "The fate of tropical forests: a matter of stewardship". *Conservation Biology*, v. 14, n. 5: 1358-1361.
- _____. 2007. "Why tropical parks are failing and what can be done about it". In: *Unidades de Conservação: atualidades e tendências 2007*. Maria de Lourdes Nunes, Leide Yassuko Takahashi e Verônica Theulen. (Org.). Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção a Natureza,
- TERBORGH, John; PERES, Carlos, A. 2002. "O problema das pessoas nos parques". In: Terborgh, J.; van Schaik, C.; Davenport, L.; Rao, M. (Org.). *Tornando os Parques Eficientes:*

- estratégias para a conservação da natureza nos trópicos. Curitiba: Universidade Federal do Paraná; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza.
- TERBORGH, J.; VAN SCHAİK, C. 2002. “Por que o mundo necessita de parques?” In: Terborgh, J.; van Schaik, C.; Davenport, L.; Rao M. (Org.). Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos. Curitiba: Universidade Federal do Paraná; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. cap. 1.
- URBAN, Teresa. 1998. Saudade do Matão: lembrando a história da conservação da natureza no Brasil. Curitiba: Editora da UFPR; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza; Fundação MacArthur, 374 p.
- VALLADARES, Alekcey, C. 2007. “De Caracas a Durban: el nuevo rumbo de la conservación”. In: Unidades de Conservação: atualidades e tendências. 2007 Nunes, M.L.; Takahashi, L.Y. e Theulen, V. (Orgs.). Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção a Natureza.
- VALLEJO, Luis Renato. 2005. “Aspectos das políticas de governo e a questão da gestão territorial nas unidades de conservação de Estado do Rio de Janeiro”. GEOgraphia, n. 13: 71-85.
- VELHO, Otávio. 2001. “De Bateson a Ingold: passos na constituição de um paradigma ecológico”. Mana, v. 7, n. 2: 133-140.
- WATSON, Alan, E.; LANDRES, Peter. 1999. “Changing wilderness values”. In: Cordell, H. K. (Org.). Outdoor recreation in American life: a national assessment of demand and supply trends. (p.384-388).Champaign, IL: Sagamore.
- WEST, Paige; IGOE, James; BROCKINGTON, Dan. 2006. “Parks and people: the social impact of protected areas”. Annual Review of anthropology, v.35: 251-277.
- YOUNG, Carlos Eduardo, F. 2005. “Financial mechanisms for conservation in Brazil”. Conservation Biology, v. 19, n. 3: 756-761.

ABSTRACT

The creation of parks, whether national or state, is shown as a major government strategy for the protection of natural resources. However, when the focus is directed towards the primary objectives of conservation of protected areas, environmental policy becomes pragmatic. It tends to threaten the social integration of these areas, due to the distorted image presented to society. Seen from this angle, seven axes of discussion are defined with analysis of authors who criticize the model and refer to the importance of association of the image of the parks to a design based on social and political context for management. The technical-scientific ecological and social sciences may have created difficulties in

the relationship between the management of parks and the general public. This occurs due to the fragmentation of space and changes in its use, besides the fact that the objectives of these areas are poorly understood by common sense. The characteristics of the concept make it difficult to gain social significance of the parks, because negative images keep prevailing since the creation of the first Brazilian Park. That's why, we recommend analysis of available information in order to increase understanding and perception of the concept of parks and their management. This procedure aims to clarify the purposes of conservation and can produce better integration of these activities for society.

KEYWORDS

Paper parks, Protected areas, Conservation, Protected Areas Management

SUBMETIDO EM

Agosto de 2010

APROVADO EM

Maior de 2012

Douglas de Souza Pimentel

Professor Doutor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e professor adjunto da Universidade Federal Fluminense. Graduado em Licenciatura (1992) e Biologia Marinha (1994) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e mestrado em Ecologia pelo PPGE da mesma Universidade (1996). Tem doutorado na área de Conservação de Ecossistemas, Universidade de São Paulo. Tem experiência em Educação Ambiental, Gestão, Manejo e Uso Público de Unidades de Conservação, atuando principalmente na identificação de indicadores da inserção social de parques.

Teresa Cristina Magro

Professor doutor da Universidade de São Paulo, graduação em Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Mato Grosso (1983), mestrado em Ciência Florestal pela Universidade Federal de Viçosa (1987) e doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental pela Universidade de São Paulo (1999). Tem experiência na área de Recursos Florestais e Engenharia Florestal, atuando principalmente nos seguintes temas: uso público, impacto do uso público, áreas silvestres, ecoturismo e unidades de conservação.

Demóstenes Ferreira da Silva

Professor Doutor da Universidade de São Paulo. Publicou 33 artigos em periódicos especializados, participou de capítulos em 3 livros e organizou 1. Possui 79 trabalhos em anais de eventos, 2 produtos tecnológicos, 2 processos ou técnicas e outros 90 itens de produção técnica. Participou de 26 eventos no Brasil. Orientou 5 trabalhos de iniciação científica, 3 trabalhos de conclusão de curso, 5 mestrados e 1 doutorado nas áreas de Recursos Florestais e Engenharia Florestal, Planejamento Urbano e Regional e Arquitetura e Urbanismo. Atua na área de Recursos Florestais e Engenharia Florestal, com ênfase em Silvicultura Urbana.